



Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 2 • maio-ago. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536



**A FORMAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DA  
AGRICULTURA FAMILIAR AMAZÔNICA:  
HETEROGENEIDADE SOCIAL E  
DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA NO  
TERRITÓRIO PARAENSE**

**THE SOCIOPRODUCTIVE FORMATION OF AMAZON FAMILY  
FARMING: SOCIAL HETEROGENEITY AND PRODUCTIVE  
DIVERSIFICATION IN THE TERRITORY OF PARÁ**

**Luiz Carlos Neves da Fonseca**  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

**Luis Mauro Santos Silva**  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

## RESUMO

Estudos contemporâneos são fundamentais para atribuir visibilidade à agricultura familiar na Amazônia paraense. O objetivo deste artigo consiste em caracterizar a formação socioprodutiva (grupos sociais e atividades produtivas) da agricultura familiar na Amazônia paraense. O percurso metodológico deu-se por meio de pesquisa de campo e realização de entrevistas (semiestruturadas) com participantes-chave de instituições públicas e/ou organizações coletivas, com atuação destinada à agricultura familiar paraense, em diferentes territórios (municípios das mesorregiões) do Pará. A agricultura familiar paraense é marcada tanto por heterogeneidade social: povos indígenas, as comunidades quilombolas, a população ribeirinha, os extrativistas, os assentados da reforma agrária, os agricultores familiares, os pescadores artesanais e os acampados quanto por diversificação produtiva de origem vegetal, animal e artesanal: fruticultura, culturas temporárias, culturas permanentes, sistemas agroflorestais, extrativismo, criação de animais de pequeno porte, gado de leite, pesca artesanal (peixe e/ou camarão) e o artesanato do Matapi. Portanto, é impossível desconsiderar a complexidade que envolve a formação socioprodutiva nos territórios de vida: o campo paraense. Por isso, exige-se um desenvolvimento rural territorial e sustentável conforme a heterogeneidade e as potencialidades endógenas da Amazônia paraense.

**Palavras-clave:** agricultura familiar; grupos sociais; atividades produtivas; Amazônia paraense.

## ABSTRACT

In the Pará Amazon, contemporary studies are essential to give visibility to Amazonian family farming. The objective of this article is to characterize the socio-productive formation (social groups and productive activities) of family farming in Pará Amazon. The methodological approach was carried out through field research from interviews (semi-structured) with 30 (thirty) keyparticipants from public institutions and/or collective organizations, with activities intended for family farming, in different *territories* (municipalities in the mesoregions) of Pará. Family farming in Pará are marked by the social heterogeneity: indigenous peoples, quilombola communities, riverside populations, extractivists, agrarian reform settlers, family farmers, artisanal fishermen and camped as well as the productive diversification of vegetable, animal and artisanal origin: fruit farming, temporary crops, permanent crops, agroforestry systems, extractivism, small animal farming, dairy cattle, artisanal fishing (fish and/or shrimp) and Matapi crafts. Therefore, it's impossible to ignore the complexity that involves the socio-productive dynamics in the living territories: the Pará countryside. That's why, a territorial and sustainable rural development is required in accordance with the heterogeneity and endogenous potential of Pará Amazon.

**Keywords:** family farming; social groups; productive activities; Pará Amazon.

## 1 INTRODUÇÃO

O mundo rural é lugar de modos de vida, de trabalho e, tradicionalmente, de realização da atividade produtiva de reprodução social, como a “roça” que assegura alimentação familiar e convivência social (Wanderley; Favareto, 2013). No campo, os indivíduos e as famílias, que vivem do seu trabalho, fortalecem um tecido social local e o mantêm como espaço de vida (Wanderley, 2019).

Ploeg (2014) elucida que definição de agricultura familiar possui relação com a forma de vida e de cultivo das pessoas, a qual é um fenômeno complexo e multidimensional de difícil compreensão pelas sociedades ocidentais, se contrapõe à lógica industrial, apresenta uma realidade rica e não está limitada à descrição da família como proprietária da terra, ao trabalho realizado por seus membros nem ao tamanho do estabelecimento.

No território amazônico, existe uma heterogeneidade de formas de ocupações associada a formação histórica da colonização e a evolução dos sistemas produtivos, o que reflete a diversidade da agricultura familiar, envolvendo aspectos culturais de grupos indígenas e quilombolas etc., fatores geográficos de populações ribeirinhas e de agricultores da terra firme e condições de acesso à terra dos assentados da reforma agrária etc., sendo necessário que o planejamento e a implementação de ações de Políticas Públicas considerem essa diversidade e garantam maior eficiência (Piroux *et al.*, 2015).

Ressalta-se que essa perspectiva teórica de Marc Piroux é adotada neste estudo devido a necessidade de reconhecimento e de visibilidade à heterogeneidade social e à diversificação produtiva no interior da agricultura de base familiar no território amazônico paraense. Desse modo, evidencia-se o campo de modo dinâmico e como lugar adaptação, resistência e reprodução social das famílias agricultoras integradas ao território.

Assim, distancia-se do entendimento do mundo rural limitado a expansão de *commodities*, visto que, conforme Costa e Fernandes (2016), o mundo rural da Amazônia constitui-se por meio de estruturas heterogêneas, profundas e em movimento devido as decisões (interesses, demandas) e racionalidades diferentes que atuam na região, configuram diferentes trajetórias tecnológicas (camponesas e/ou patronais) e organizam os territórios.

Portanto, a diversidade da agricultura familiar torna urgente a condução de estudos atuais que tratem da sua constituição socioprodutiva na Amazônia, em especial no território paraense, foco deste estudo. O

objetivo deste artigo consiste em apresentar as características que compõem a formação socioprodutiva da agricultura familiar, considerando os grupos sociais e as atividades produtivas na Amazônia paraense.

Tratar da agricultura familiar na Amazônia paraense implica desafio diante do emaranhado complexo de interrelações no mundo rural. Porém, este artigo, longe de alcançar a totalidade das discussões, dedica-se a ampliar a compreensão sobre os elementos-chave que compõem a formação socioprodutiva diversificada existente nessa categoria sociopolítica.

Desse modo, evita-se que a agricultura familiar seja confundida com agricultura agroindustrial que simplifica a natureza e a vida no campo; atribui princípios da indústria à agricultura resultantes da revolução verde (padrão de “modernização” e dependência do mercado) a partir de 1960 e desconsidera o território, os sujeitos e a natureza, ocasionando impactos antrópicos negativos e crises na sociedade. Consequentemente, evitam-se, também, Políticas Públicas homogêneas, uma vez que é urgente considerar as formas sociais de organização da produção familiar (diversificadas) e a melhoria da qualidade de vida no campo.

Para Miranda e Guimarães (2015), a adoção do enfoque territorial em Políticas Públicas de desenvolvimento rural revela a importância de promover o lugar de realização da agricultura familiar, valorizar as dimensões culturais, ambientais, sociais, institucionais e econômicas dos territórios, associar esse lugar à vida e cidadania para além da produção agropecuária, considerando a cidadania e a produção como essenciais para o futuro da agricultura familiar.

Assim, o debate proposto neste estudo contribui para a produção de conhecimento atual com centralidade no protagonismo da agricultura familiar no campo paraense que é constituída de grupos sociais e atividades produtivas diversos e necessita da construção de uma agenda pública capaz de compreender e conduzir a formulação de Políticas Públicas com base, cada vez mais, na diversificação cotidiana da agricultura familiar amazônica.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O procedimento metodológico constitui-se por meio de pesquisa de natureza qualitativa a partir da realização de pesquisa de campo e realização de entrevistas (semiestruturadas) com a finalidade de coletar dados acerca dos grupos sociais e atividades produtivas da agricultura familiar na Amazônia paraense.

Para a condução das entrevistas, durante a pesquisa de campo, foi elaborado um roteiro de entrevista (semiestruturadas) composto por perguntas iguais, formuladas, revisadas, mantidas na mesma forma e ordem para todos os entrevistados com intuito de facilitar o diálogo com os participantes-chave das organizações coletivas e/ou instituições públicas e homogeneizar a coleta de dados sobre a formação socioprodutiva, considerando os grupos sociais e atividades que compõem a agricultura familiar em diferentes territórios do Pará; assim, permitindo a elaboração deste estudo.

Destaca-se que a pesquisa de campo ocorreu com base na amostragem não probabilística denominada bola de neve (*Snowball sampling*, em inglês). Para Vinuto (2014), a execução dessa amostragem (bola de neve) inicia com a busca por informantes-chaves (sementes) a fim de localizar pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, de modo que as sementes auxiliam no contato inicial entre pesquisador e o grupo pesquisado bem como indicam novas pessoas com características desejadas, possibilitando indicação de novos contatos.

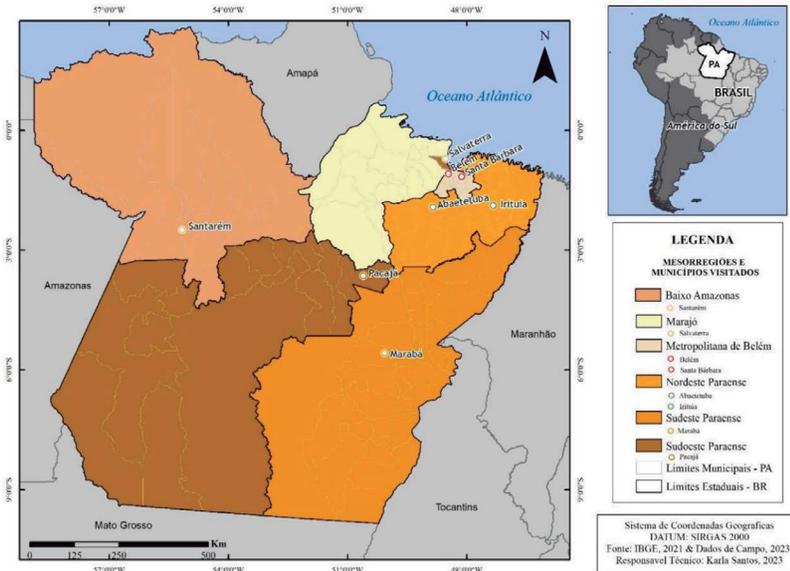
Em campo, a condução das entrevistas iniciou pela apresentação da pesquisa como veículo de aproximação e compreensão da complexidade que envolve a formação da agricultura familiar no território paraense e pela explicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>1</sup> (TCLE), aos participantes-chave da pesquisa, possibilitando, assim, a leitura e a autorização de participação dos(as) entrevistados(as).

A pesquisa de campo ocorreu, entre novembro de 2022 e março de 2023, por meio de entrevistas em duas etapas e em diferentes municípios localizados nos distintos territórios do estado do Pará (Figura 1). A primeira etapa ocorreu, presencialmente, nos municípios de Salvaterra (Mesorregião Marajó); de Irituia e Abaetetuba (Mesorregião Nordeste paraense); de Belém e de Santa Bárbara (Mesorregião Metropolitana de Belém) e de Marabá (Mesorregião Sudeste paraense) no período entre novembro e dezembro de 2022. A segunda etapa das entrevistas aconteceu, remotamente (por vídeo chamada), com participantes-chave nos municípios de Pacajá (Mesorregião Sudoeste paraense) e de Santarém (Mesorregião Baixo amazonas) entre janeiro e março de 2023.

---

<sup>1</sup> De acordo com a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Figura 1 – Municípios visitados em cada mesorregião do estado do Pará



Fonte: Pesquisa de campo, 2022 e 2023.

O universo amostral deste trabalho constitui-se de 30 participantes-chave (6 mulheres e 24 homens) em organizações coletivas (equivalente a 17 agricultores familiares membros de associação, cooperativas, sindicatos, federações etc.) e em instituições públicas (13 membros em Secretarias municipais de agricultura, de desenvolvimento econômico, Emater-PA etc.) com atuação voltada à agricultura familiar paraense em diferentes municípios de cada mesorregião do estado do Pará.

Nesta pesquisa, a representatividade feminina foi equivalente a 20% dos participantes-chave). Isso evidencia a agricultura familiar paraense constituída, também, por mulheres que trabalham diariamente e contribuem para diversidade social e produtiva no campo amazônico, sendo essencial a redução da desigualdade de gênero no mundo rural contemporâneo.

É importante a visibilidade feminina na agricultura familiar paraense, pois há presença da “[...] mulher como corresponsável pelo que é produzido na unidade familiar, porque ela fica responsável pela horta muitas vezes, ela fica responsável pela criação e ela fica responsável por toda a produção de dentro de casa [...] que possibilita o marido dela ir lá pra roça [...]”<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Entrevista concedida por Rio Pacajá, médica veterinária, em Pacajá (PA), em 18 de março de 2023.

As entrevistas totalizaram 22 horas 54 minutos e 02 segundos e foram realizadas no período pós-pandemia quando as atividades essenciais da vida retornaram e o distanciamento social e as ameaças da Covid-19 cessaram. As informações coletadas em campo foram sistematizadas por meio de quadros, imagens e trechos das entrevistas (com pseudônimos – nomes de rios paraenses –, função do(a) participante-chave, mês, ano e localidade) com intuito de atribuir visibilidade as vozes dos sujeitos.

As organizações coletivas e instituições públicas no Pará, cujos membros foram entrevistados nesta pesquisa, estão descritas conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Quantidade de participantes-chave (entre parênteses) por organizações e instituições da agricultura familiar no Pará

<b>Território: Marajó</b> <b>Município: Salvaterra (6 participantes-chave)</b>
(1) Cooperativa de Agricultores e Agricultoras Familiares de Salvaterra - CAFAS
(1) Cooperativa da Agricultura Social Familiar do Marajó - COOPASFAN
(1) Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó - AMAM
(1) Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SAAB
(1) Agência de Defesa Agropecuária do estado do Pará - ADEPARÁ <sup>a</sup>
(1) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Pará - EMATER/PA <sup>b</sup>
<b>Território: Nordeste Paraense</b> <b>Municípios: Irituia e Abaetetuba (10 participantes-chave)</b>
(3) Cooperativa D'IRITUIA
(1) Cooperativa D'IRITUIA (ex-membro)
(1) Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI
(1) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Pará - EMATER/PA <sup>c</sup>
(2) Cooperativa de Fruticultores de Abaetetuba – COFRUTA
(1) Conselho das Associações Agroextrativistas, Quilombolas, Nossa Várzea e Grupos Afins das Ilhas de Abaetetuba – CAGROQUIVAIA
(1) Associação do Assentamento Agroextrativista São João Batista II
<b>Território: Região metropolitana</b> <b>Município: Belém e Santa Bárbara (2 participantes-chave)</b>
(1) Federação de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Pará -FETAGRI/PA
(1) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Pará - MST/PA
<b>Território: Sudeste paraense</b> <b>Município: Marabá (5 participantes-chave)</b>
(3) Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Pará – FETRAF/PA
(1) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Pará - EMATER/PA <sup>d</sup>

(1) Secretaria Municipal de Agricultura – SEAGRI
<b>Território: Sudoeste paraense</b> <b>Município: Pacajá (4 participantes-chave)</b>
(1) Cooperativa de Produtores Familiares Rurais de Pacajá - COOPROPAC
(1) Casa Familiar Rural Francisco de Assis da Silva Gomes de Pacajá – CFR
(2) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEMDE
<b>Território: Baixo Amazonas</b> <b>Município: Santarém (3 participantes-chave)</b>
(1) Projeto Saúde e Alegria – PSA
(1) Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativista do Oeste do Pará – ACOSPER
(1) Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadora Rurais de Santarém – STTR

Fonte: Pesquisa de campo, 2022 e 2023. Nota: Elaboração própria, a: unidade local de Salvaterra, b: escritório local de Salvaterra, c: escritório local de Irituia, escritório Regional de Marabá.

É importante ressaltar que os participantes-chave da FETRAF-PA, também, atuam na Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF-BR) na Região Norte; no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTRAF) de Marabá- PA e no Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF) da regional Tucuuruí-PA.

A realização das entrevistas deu-se a partir de visitas presenciais em diferentes localidades: em sedes da Federação de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Pará – FETAGRI-PA (em Belém), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Pará – FETRAF-PA (em Marabá), das Secretarias Municipais de Agricultura (em Irituia, Salvaterra e Marabá), no escritório local (em Salvaterra e Irituia) e regional (em Marabá) da Emater-PA, onde foi possível passar um turno (manhã ou tarde) de acordo com a agenda e disponibilidade dos(as) entrevistados(as).

Também, destaca-se que foram realizadas entrevistas presenciais em agroecossistemas familiares em Irituia, Abaetetuba e Santa Bárbara onde estive durante um ou dois dias nas propriedades em diálogo com agricultores(as) familiares para melhor compreender a realidade socioprodutiva das famílias participantes neste estudo. Além disso, houve uma roda de conversa em agroecossistema familiar em Salvaterra durante o turno da tarde, onde a entrevista teve a participação do autor deste artigo, de dois agricultores familiares organizados em cooperativas e de um membro da secretaria municipal de agricultura e da Agência de Defesa Agropecuária do estado do Pará (ADEPARÁ).

Por fim, a modalidade remota das entrevistas constituiu-se como uma alternativa, visto que o campo é pulsante e não está dissociado da realidade, do contexto e das condições de realização da pesquisa, o que possibilita surgimento de adversidades relacionadas, por exemplo, a disponibilidade, ao tempo, a agenda, a distância e a superação de barreiras após a emergência da pandemia mundial da Covid-19. Nesse contexto, os participantes-chave dessa pesquisa concederam as entrevistas remotas de seus municípios (Pacajá e Santarém).

### 3 HETEROGENEIDADE SOCIAL: SINALIZADOR PARA POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS

A agricultura familiar amazônica é formada por grupos sociais distintos, os quais expressam a heterogeneidade social interna dessa categoria sociopolítica no território paraense. Nesta pesquisa, destacaram-se os povos indígenas, as comunidades quilombolas, a população ribeirinha, os extrativistas, os assentados da reforma agrária, os agricultores familiares, os pescadores artesanais e os acampados como principais grupos sociais que compõem a agricultura familiar no território paraense (Figura 2).

Figura 2 – Grupos sociais da Agricultura familiar no estado do Pará



Fonte: Pesquisa de campo, 2022 e 2023. Nota: Ilustração de Brenda Garcia.

A expressão “agricultura familiar” na Amazônia paraense apresenta, embora contenha um significado amplo, não exclui a diversidade social existente na agricultura de base familiar no campo amazônico paraense. Essa diversidade é destacada nos trechos abaixo:

Aqui, justamente, nós temos os quilombolas né, nós temos ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais e os agricultores familiares [...] O pessoal que mais participa das atividades aqui é a questão da pesca né, extrativismo e o grupo do agricultor familiar [...]. O grupo é muito grande das comunidades quilombolas. Quase a metade das comunidades aqui se declaram quilombolas, é bastante.<sup>3</sup>

A gente tem uma parcela aí com os ribeirinhos. Tem uma parcela de representação com os ribeirinhos e a agricultura familiar mesmo que é o próprio agricultor assentado. Essas é as pessoas que nós temos mais atividades. [...] Os acampados procuram muito a gente também, mas a proporção maior aqui é dos assentados. Esse é o povo que procura mais a gente.<sup>4</sup>

[...] Nós temos cooperados quilombolas, indígenas, extrativistas, assentados da reforma agrária [...], envolve todos esses grupos. A maioria são agricultores familiares distribuídos na várzea e na terra firme. [...] Aqui, no município, temos uma reserva extrativista<sup>5</sup> [...] e dentro da reserva tem indígenas. Temos o projeto de Assentamento Agroextrativistas, que são modalidades coletivas, e estão dentro, também, da terra firme e tem os projetos agroextrativistas na região de várzea, também, aqui do município. E o Quilombo Maria Valentina que são três comunidades quilombolas que [...] temos pessoas cooperadas dentro desses territórios [...]<sup>6</sup>

Em contribuição ao debate, os autores Schneider e Niederle (2008) apontam que, embora ocorra uma generalização da ideia de agricultor(a) familiar como todo sujeito que vive no meio rural e trabalha na agricultura com sua família; os(as) agricultores(as) familiar(es) englobam a diversidade de formas de agricultura e tipos diferentes de famílias, contexto social, interação com diferentes ecossistemas, origem histórica etc., diferenciando-se e resultando na diversidade social de lógicas familiares.

<sup>3</sup> Entrevista concedida por Rio Paracauari, agricultor familiar e extensionista rural, em Salvaterra (PA), em 30 de novembro de 2022.

<sup>4</sup> Entrevista concedida por Rio Tocantins, coordenador agrário, em Marabá (PA), em 21 de dezembro de 2022.

<sup>5</sup> Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.

<sup>6</sup> Entrevista concedida por Rio Tapajós, agricultor familiar e diretor-presidente, em Santarém (PA), em 11 de fevereiro de 2023.

Picolotto e Medeiros (2017) explicam que, apesar de definições genéricas e normativas relacionadas à agricultura familiar, as organizações de agricultores apropriam-se de acepções específicas das famílias agricultoras, como: local de trabalho e de vida, cultura local, produção de alimentos, tradição, diversidade, adjetivando-a como forma de superar a “inferioridade” social atribuída historicamente.

Essa superação ocorre no campo paraense por meio da ênfase e valorização aos elementos endógenos (sociais e territoriais) que constituem as famílias como quilombolas, extrativista ou agricultores(as) familiares, o que é evidenciado já no nome de organizações sociais coletivas, como: Cooperativa de Agricultores e Agricultoras Familiares de Salvaterra (CAFAS), Conselho das Associações Agroextrativistas, Quilombolas, Nossa Várzea e Grupos Afins das Ilhas de Abaetetuba (CAGROQUIVAIA) e Cooperativa Agroextrativista do Oeste do Pará (ACOSPER), entre outros.

Essas nomenclaturas das organizações sociais coletivas estão associadas às diversas trajetórias de vida das famílias no mundo rural, evidenciando que a agricultura familiar paraense se opõe (e confronta) ao modelo de desenvolvimento hegemônico (agroindustrial) imposto historicamente para Amazônia. Em estudo sobre os elementos para uma economia política da Amazônia, Costa (2012) salienta que a história social de vários grupos sociais estabelece outras trajetórias que não são agropecuárias, o que está de acordo com esta pesquisa.

Em acréscimo, Assis, Halmenschlager e Oliveira (2009) explicam que a estrutura organizacional da agricultura familiar apresenta mudanças importantes em sua configuração, a partir de diferentes entidades representativas dos agricultores(as), devido a orientação com base em projetos políticos distintos que influenciam as dinâmicas regionais, o campo produtivo, a adoção de princípios, as estratégias diferenciadas etc.

Esta pesquisa evidencia a heterogeneidade de grupos sociais que forma a agricultura de base familiar no campo paraense na contemporaneidade. A atuação e visibilidade aos grupos sociais da agricultura familiar são variáveis nas mesorregiões do Pará (Quadro 2), o que reflete diferenças históricas nas formas de ocupação do território.

Quadro 2 – Grupos sociais da agricultura familiar por mesorregião paraense

<b>Marajó Salvaterra</b>	<b>Nordeste Paraense Irituia e Abaetetuba</b>
Quilombolas*. Pescadores artesanais*. Agricultores familiares* Ribeirinhos. Extrativistas.	Agricultores familiares*. Ribeirinhos* Quilombolas. Extrativistas. Assentados da Reforma Agrária.
<b>Metropolitana de Belém Belém e Santa Bárbara</b>	<b>Sudeste Paraense Marabá</b>
Agricultores familiares*. Acampados*. Assentados da Reforma Agrária*. Ribeirinho. Extrativista. Quilombolas	Assentados da Reforma Agrária*. Acampados. Quilombolas. Ribeirinhos. Agricultores familiares Extrativistas. Pescadores artesanais.
<b>Sudoeste Paraense Pacajá</b>	<b>Baixo Amazonas Santarém</b>
Assentados da Reforma Agrária*. Agricultores familiares.	Assentados da Reforma Agrária. Indígenas. Quilombolas. Ribeirinhos. Extrativistas. Agricultores familiares.

Fonte: Pesquisa de campo, 2022 e 2023. Nota: Elaboração própria. \* Principais.

Essa diversidade social demarca a existência de distintas expressões socioculturais nos territórios da Amazônia paraense. Para melhor compreensão do leitor, recorre-se ao estudo de Serra<sup>7</sup> (2019, p. 22), sobre agricultura familiar na Amazônia brasileira, em que o autor afirma “os diversos nomes atribuídos aos agricultores familiares são utilizados principalmente em diferentes áreas do conhecimento e indicam características socioeconômicas e ambientais específicas inerentes à sua diversidade”, o que concorda com a assertiva de Marc Piraux e colaboradores ao afirmarem que “[...] A agricultura familiar na Amazônia inclui grande diversidade social, cultural, econômica, como também territorial.” (Piraux *et al.*, 2015, p. 87) e com a diversidade da agricultura familiar paraense abordada neste estudo.

Nesse sentido, ressalta-se o proposto por Mazoyer e Roudart (2010) que abordam a agricultura como um conjunto de formas locais, variáveis no tempo e espaço, que apresentam tanto semelhanças suficientes para serem classificadas na mesma categoria quanto diferenças que possibilitam, também, classificá-las em outras categorias, sendo as práticas agrícolas compostas de dois subsistemas: ecossistema cultivado e sistema socioprodutivo.

<sup>7</sup> O estudo do autor permite, também, maior compreensão sobre os principais critérios que diferenciam internamente a diversidade da agricultura familiar na Amazônia brasileira (Ver referências).

Existem diversas denominações e características atribuídas às famílias rurais (agricultura familiar) que são geralmente exclusivas e expressam elementos característicos de grupos específicos dentro do grupo mais amplo de agricultores familiares (Serra, 2019).

Logo, a agricultura familiar não resulta da ação do Estado, pois possui como referências principais: história camponesa, reprodução de modos de vida e do trabalho pautados em vínculos sociais e comunitários, construção do patrimônio familiar, capacidade de adaptação da vida social diante do padrão de “modernização”, o que permite relacionar os conceitos de agricultura familiar e de campesinato como equivalentes e, portanto, não caracterizam atores sociais opostos no cenário brasileiro (Wanderley, 2003, 2019).

Neste estudo, a heterogeneidade social que compõem internamente a agricultura familiar na Amazônia paraense não está dissociada do manejo da natureza com base no trabalho familiar e dos conhecimentos sobre a realidade local em que vivem e cultivam: terra firme, várzea, ilhas (florestas e rios). Isso torna, cada vez mais urgente, um desenvolvimento rural territorial que valorize as formas de vida integradas à natureza e sua produção diversificada, como ressaltado no trecho:

A gente tem o pessoal das sementes. O pessoal das sementes, que trabalha com óleo, estão na área de várzea, a maioria. Agora, já tem bastante gente na terra firme que é o tucumã que tá trabalhando [...], eles também têm o cupuaçu, eles têm o abacaxi, eles têm a acerola. Aí, agora, eles entraram no tucumã. Tem gente na cooperativa que trabalha 4 ou 5 produtos. [...] O pessoal nas ilhas [...], tem gente que [...] só entrega açaí, tem outros que entregam murumuru, andiroba e açaí, tem uns entregam ucuuba e açaí. Então, nós somos bem diversificados.<sup>8</sup>

Isso evidencia que a agricultura familiar paraense é constituída, também, por conhecimentos locais e tradicionais acerca da natureza: os períodos de plantio, época da colheita, a safra dos seus produtos, o que expressa a interligação entre o ser humano e natureza de acordo com as potencialidades e os limites de uso do meio biofísico (natureza), resultando na oferta de alimentação diversificada ao longo do ano.

Portanto, a lógica do território engloba o espaço consumível e os elementos não monetarizáveis, ou seja, o enfoque territorial trata de aspectos não diretamente mercantis que influenciam as relações de uso social (ou apropriação) dos espaços e dos agentes múltiplos nos diversos territórios, o que difere do enfoque setorial (Favareto, 2007).

<sup>8</sup> Entrevista concedida por Rio Campompema, agricultor familiar e coordenador de produção, em Abaetetuba (PA), em 25 de novembro de 2022.

É fundamental enfatizar que a agricultura familiar amazônica se constitui como um mosaico que reflete a diversidade, histórica e contemporânea, de formas de usos da terra e possuem como elementos centrais: a diversificação da produção e a integração a(s) natureza(s) em diferentes realidades socioambientais e econômicas, ou seja, diferem de sistemas homogêneos de desenvolvimento voltados à simplificação da natureza impostos à Amazônia.

Diante disso, Miranda *et al.* (2016) chamam atenção para a necessidade da reorientação das Políticas Públicas que valorizem os potenciais endógenos, fortaleçam efetivamente a agricultura familiar e sua pluriatividade e promovam o diálogo entre políticas de controle ao desmatamento e promoção do desenvolvimento rural.

Os diferentes grupos sociais da agricultura familiar no contexto paraense refletem que há um dinamismo social, ambiental, econômico, cultural e, também, político nos territórios (Marajó, Região metropolitana de Belém, Nordeste paraense, Sudeste paraense, Sudoeste paraense e Baixo amazonas) em que se reproduzem; trazendo luz a necessidade de formulação, de modo efetivo, de Políticas Públicas de desenvolvimento rural (territorial e sustentável) conforme as especificidades socioprodutivas e territoriais do mundo rural: a cultura, os projetos de vida, as potencialidades endógenas, o respeito à natureza etc.

Nesse sentido, Oliveira (2015) aponta que a agricultura familiar desafia a construção de Políticas Públicas diferenciadas, pois a sua força política crescente no campo permite avanços rumo à elaboração de Políticas Públicas territoriais. Para Grisa, Caldas e Avila (2018), a promoção do desenvolvimento rural e desenvolvimento dos territórios ocorre a partir de “novos” atores (mulheres, extrativistas, pescadores etc.), práticas (diversificação produtiva, agricultura agroecológica etc.), valores (circuitos curtos, produção e consumo sustentável, valorização dos agricultores familiares e do rural etc.), entre outros.

Por isso, este artigo traz a luz do debate que a agricultura familiar paraense expressa a heterogeneidade de formas sociais de organização da produção familiar existentes na Amazônia: povos indígenas, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas, extrativistas, assentados da reforma agrária, agricultores familiares, pescadores artesanais e acampados que, mesmo diante das imposições e transformações ocasionadas pelo sistema capitalista e agricultura de produção em larga escala (agroindustrial), reflete a reprodução das vivências e dos conhecimentos no território rural paraense.

Sobre a importância do enfoque territorial, Oliveira (2015, p. 221) argumenta que ele “[...] é fundamental para a agricultura familiar por sua condição intrínseca de promover protagonismo dos atores locais, uma vez que [...] não há desenvolvimento sem uma participação ativa dos atores políticos locais da sociedade civil e dos governos”.

Além disso, o desenvolvimento na perspectiva territorial enfatiza o protagonismo dos atores locais na busca de autonomia, o estímulo à coesão social bem como aponta para a construção de novas estratégias de acesso a Políticas Públicas, mercados e reposicionamento na sociedade (Holanda Junior *et al.*, 2020).

Desse modo, neste estudo, chama-se atenção para a necessidade de tratamento da agricultura familiar na Amazônia paraense com base na complexidade de sua formação social e econômica (produtiva) diversificada, o que justifica a busca por Políticas Públicas territoriais contínuas e por uma perspectiva de desenvolvimento rural que considere as vivências das famílias no campo, os conhecimentos locais e tradicionais, as potencialidades dos territórios amazônicos como condição para reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida no mundo rural: lugar de cidadania, produção, autoconsumo e comercialização do excedente dos alimentos.

#### 4 DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA: POTENCIALIDADES DO TERRITÓRIO

A agricultura familiar paraense possui relação direta com reprodução da vida humana e com a produção de alimentos diversificados: culturas temporárias: mandioca e/ou macaxeira<sup>9</sup> (*Manihot esculenta* Crantz), milho (*Zea mays* L.) e feijão comum (*Phaseolus vulgaris* L.) e/ou caupi (*Vigna unguiculata* L.); olerícolas: alface (*Lactuca sativa* L.), couve (*Brassica oleracea* L.), cheiro-verde<sup>10</sup>, jambu (*Spilanthes oleracea* L.), jerimum/abóbora (*Cucurbita maxima* Duch.) e melancia (*Citrullus lanatus* Thumb. Mansf.) etc.; frutas: açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), abacaxi (*Ananas comosus* (L.) Merrill), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) Schum.), pupunha (*Bactris gasipaes* Kunth), laranja (*Citrus sinensis* (L.) Osbeck), limão (*Citrus limon* (L.) Burm.) e banana (*Musa* spp.) (Figura 3).

Isso evidencia que a agricultura familiar paraense é marcada não somente por diversidade de grupos sociais, mas também pela diversificação

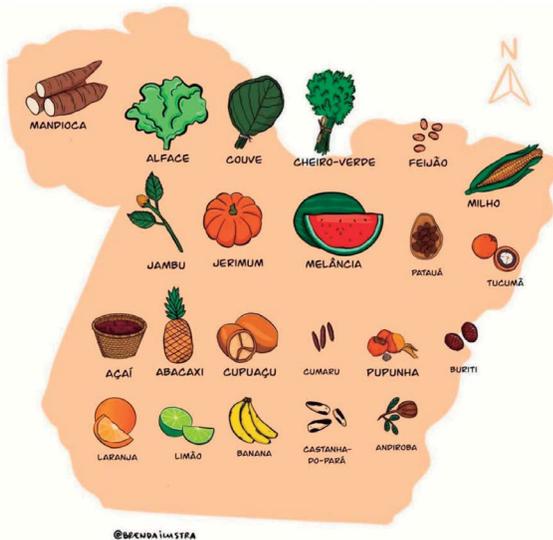
<sup>9</sup> Nome Popular: mandioca brava (amarga) e mansa (doce), respectivamente, sendo essas denominações com base no teor de ácido cianídrico (HCN) em suas raízes.

<sup>10</sup> Combinação entre cebolinha (*Allium schoenoprasum* L.), salsa (*Petroselinum crispum* (Mill.) Nym.) ou coentro (*Coriandrum sativum* L.).

de atividades produtivas, de modo que é impossível pensar o campo paraense, diariamente, sem considerar a interligação entre a dimensão social e econômica (produtiva) que compõe o território de vida, em movimento.

Destaca-se, também, o extrativismo do tucumã (*Astrocaryum vulgare* Mart.), miriti/buriti (*Mauritia Flexuosa* L.), castanha do Pará<sup>11</sup> (*Bertholletia excelsa* H.B.K), andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), cumaru (*Dipteryx odorata* (Aublet) Willd.) e patauí (*Oenocarpus bataua* Mart.) etc. (Figura 3).

Figura 3 – Alimentos diversificados produzidos pela agricultura familiar no Pará



Fonte: Pesquisa de campo, 2022 e 2023. Nota: Ilustração de Brenda Garcia.

Ressalta-se que, neste estudo, essas atividades compõem o que há de mais expressivo na produção de alimentos pela agricultura familiar paraense: a diversificação. Essa diversificação produtiva inclui sistemas agroflorestais; culturas de ciclo curto, incluindo as olerícolas e a mandioca; fruticultura (abacaxi) e o extrativismo (tucumã) possibilita a inserção das famílias no mercado, conforme enfatiza o trecho abaixo:

[...] eu tenho certeza de que o foco principal são os Sistemas Agroflorestais, mas nós temos hortaliças né, nós temos hortaliças, nós temos abacaxi, nós temos a cultura da mandioca, [...] nós temos, também, o extrativismo do tucumã [...]. O tucumã foi o que nos segurou, eu não tenho nenhuma dúvida. A biodiversidade. Se fosse só um produto, certamente, nós não estava no mercado [...].<sup>12</sup>

<sup>11</sup> Nomes populares: castanha, castanha-da-amazônia, castanha-do-Brasil, entre outros.

<sup>12</sup> Entrevista concedida por Rio Irituia, agricultor familiar, em Irituia (PA), em 21 de novembro de 2022.

Para Vanzin e Kato (2017), a implantação de sistemas agroflorestais constitui-se como alternativa viável na consolidação de agroecossistemas produtivos, pois permite a manutenção da diversidade ecológica e dos benefícios socioeconômicos locais. Logo, os sistemas agroflorestais emergem como boa estratégia socioambiental e econômica na Amazônia paraense, o que é ratificado abaixo:

[...] Dentro dos sistemas agroflorestais, está inserida a andiroba. [...] Para isso, já temos os viveiros que estão produzindo as mudas: é a andiroba, o cumaru e outras espécies, como o cupuaçu, o cacau. São produtos que estrategicamente são comerciais né, tem mercado e que a gente precisa dar esse suporte aqui na nossa região [...].<sup>13</sup>

Desse modo, a agricultura familiar paraense atribui ênfase à implantação de sistemas agroflorestais e, conseqüentemente, otimizam o uso da terra por meio da associação entre plantas de açaí e cacau (*Theobroma cacao* L.), incluindo espécies florestais. Silva, Fonseca e Gouvêa (2022) elucidam que o reconhecimento da necessidade de diversificação como estratégia de produção e reprodução familiar contribuiu para o surgimento de sistemas agroflorestais com a finalidade de garantir maior produtividade nos agroecossistemas.

Destaca-se que o estímulo aos sistemas agroflorestais em Pacajá – Pará ocorre com base nas potencialidades produtivas da agricultura familiar e na atuação de diversas Organizações não-governamentais (ONGs) em parceria com o poder público em nível municipal e estadual, sendo, porém, necessário, estimular, também, as culturas agrícolas fundamentais para alimentação e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), conforme evidenciado abaixo:

Aqui, no município de Pacajá, [...] a gente tem uma expressão muito grande da agricultura familiar na área de Cacau. Então, a cacaucultura é muito forte. [...] Nós temos hoje muitas ONGs [...] que trabalham diretamente com agricultores. [...] Elas sempre procuram a gente pra trabalhar com parcerias. [...] Todas trabalham na área de cacau com SAFs<sup>14</sup>. As áreas de Sistemas Agroflorestais, elas têm sido bastante fortalecidas pelas ONGs e, também, pelo governo do Estado. [...] As ONGs que estão dentro do município aqui [...] todas trabalham com SAFs, todas trabalham com SAFs. Que SAFs? Cacau, açaí e floresta dentro. [...]. Só que cadê a diversidade, o fomento da alimentação dessas agriculturas desse povo, né? [...]. Que tal [...] incentivar as

<sup>13</sup> Entrevista concedida por Rio Tapajós, agricultor familiar e diretor-presidente, em Santarém (PA), em 11 de fevereiro de 2023.

<sup>14</sup> Sistemas Agroflorestais.

culturas agrícolas de alimentação? Pra que esteja uma atividade diversificada dentro da propriedade. Bora incentivar aqui a cultura da mandioca, né! Entrar para uma assistência técnica não só pro cacau, para outras atividades de alimentação, de feijão, de arroz [...].<sup>15</sup>

É fundamental considerar tanto os cultivos comerciais (cacau e açaí) quanto os cultivos de ciclo curto (mandioca, feijão, arroz) que são a base da produção e do consumo de alimentos no campo e na cidade. Silva e Feitosa (2016) alertam que a necessidade de condições favoráveis das famílias no que diz respeito à construção e manutenção de agroecossistemas resilientes envolve acesso ao crédito, questão fundiária e conhecimento dos projetos de vida das famílias como elementos importantes para as decisões produtivas familiares, pois existe relação entre a diversificação (ou não) e a trajetória familiar de vida.

Ainda, no campo paraense, as atividades produtivas de base familiar incluem culturas permanentes, como: seringueira<sup>16</sup> (*Hevea brasiliensis* (Willd. ex A. Juss.) Muell. Arg.) e Urucum (*Bixa orellana* L.) (Figura 4); produção de origem animal: criação de pequenos animais (galinhas, peixes, porcos e abelhas), pecuária de leite, pesca artesanal e artesanato do Matapi<sup>17</sup> (Figura 4).

Figura 4 – Produção diversificada da agricultura familiar no Pará



Fonte: Pesquisa de campo, 2022 e 2023. Nota: Ilustração de Brenda Garcia.

<sup>15</sup> Entrevista concedida por Rio Arataú, engenheira agrônoma, em Pacajá (PA), em 07 de março de 2023.

<sup>16</sup> Possibilitou, historicamente, a extração do látex (borracha) na Amazônia.

<sup>17</sup> Armadilha tradicional e de uso na pesca de camarões com destaque no Nordeste paraense.

Na atualidade, essas atividades de origem vegetal, animal e artesanal constituem-se como características fundamentais da diversificação da agricultura familiar no estado do Pará. Em estudo sobre agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia, Hurtienne (2005) explica que ocorre uma tendência de diversificação com predominância de sistemas de produção agrícola com culturas perenes, pequena criação, extração vegetal e pecuária na maioria dos territórios do Pará, o que resulta na estabilização relativa das diversas formas de agricultura familiar que realizam o manejo da natureza em territórios distintos: terra firme, várzea e/ou estuário etc.

É necessário que essa diversificação socioprodutiva no campo paraense esteja associada à garantia de comercialização do excedente da produção familiar. Para Sabourin (2012), a verdadeira diversificação envolve o acesso aos mercados variados e a pluralidade de modalidades de acesso aos consumidores por meio de cadeias curtas e de maior domínio dos produtores, como: venda direta na propriedade, feiras, festas para produtos típicos, venda às cooperativas de consumidores, entre outras.

Sobre a participação dos agricultores em relações mercantis, é importante destacar o argumento de Mello, Costa e Brienza Júnior (2009), pois os autores inserem no debate a necessidade de organização da produção com maior escala de produção para venda municipal e de negociação direta com agentes-chave da cadeia de comercialização de produtos específicos para que, assim, sejam assegurados os preços melhores de venda e as estratégias diferenciadas de organização dos agricultores para comercialização.

Nas atividades produtivas da agricultura familiar nos diferentes territórios paraense, ocorre destaque ao predomínio das frutas, como: açaí, cupuaçu e/ou abacaxi no Marajó, Região metropolitana de Belém (RMB), Nordeste paraense, Sudeste paraense, Sudoeste paraense e Baixo amazonas, incluindo o destaque a pupunha na RMB e ao cacau no sudoeste paraense (Figura 5).

Nesses territórios, também, é importante destacar que ocorre o predomínio de culturas temporárias (mandioca, milho e/ou feijão), exceto no Marajó (Figura 5). Ainda, há ênfase à produção familiar de diversas espécies olerícolas (cheiro-verde, couve, melância, jambu e/ou jerimum/abóbora) nas mesorregiões do estado do Pará, diferentemente do Marajó (frutas, criação de galinhas e pesca artesanal do peixe e/ou camarão) e da RMB (frutas e culturas temporárias) (Figura 5).

Existe a predominância de sistemas agroflorestais no Nordeste paraense, Sudoeste paraense e Baixo amazonas. Ainda, destaca-se o extrativismo do miriti, do tucumã, do murumuru e da andiroba (*Astrocaryum murumuru* Mart.) no Nordeste paraense bem como da castanha do Pará, do cumaru e da andiroba no Baixo amazonas (Figura 5). Além disso, ocorre a pesca artesanal (peixe e/ou camarão) e/ou criação de animais de pequeno porte (galinha, porco e/ou abelhas) no Marajó, Nordeste paraense, Sudeste paraense e Baixo amazonas (Figura 5).

Figura 5 – A diversificação da produção familiar nos territórios paraense



Fonte: Pesquisa de campo, 2022 e 2023. Nota: Ilustração de Adriano Vital.

Há, também, outras especificidades na produção familiar nos territórios do campo paraense, como: a pecuária de leite com destaque no Sudoeste e Sudeste paraense; a pesca artesanal (peixe e/ou camarão) no Marajó e Nordeste paraense; a pupunha na RMB; o cacau no Sudoeste paraense; as frutas (banana, laranja e manga), extração da borracha (látex) e a criação de abelhas sem ferrão no Baixo amazonas (Figura 5).

Essas diferentes estratégias de origem vegetal e animal demonstram a diversificação produtiva como fio condutor ou procedimento de análise da agricultura familiar no(s) território(s) paraense, ou seja, a agricultura familiar paraense constitui-se por meio de relações integradas aos ciclos da natureza, o que implica diversificação da produção familiar de acordo com as potencialidades (Figura 5) dos diferentes territórios e os conhecimentos das famílias sobre a realidade local em que vivem.

Por isso, o direcionamento das políticas de desenvolvimento para Amazônia deve voltar-se às trajetórias e aos territórios onde evoluem, potencializando as qualidades das trajetórias alinhadas à perspectiva do desenvolvimento endógeno e sustentável, visto que as formas de produção predominantes na região amazônica ocorrem a partir de relações sociais peculiares distintas entre si (Costa, 2009, 2014).

Nessa perspectiva, Silva, Fonseca e Gouvêa (2022) elucidam que a reprodução das lógicas familiares ocorre integrada e em coevolução com a natureza, a sua trajetória e o seu projeto de vida, de modo que a capacidade de adaptação e as estratégias produtivas diversificadas são impulsionados a partir dos anseios de sua reprodução social, que não está dissociada da garantia do consumo e regulação do agroecossistema familiar.

Sobre práticas de agriculturas mais sustentáveis (e diversificadas), Caporal (2013) esclarece que não existem receitas já que a diversidade de formas de produção está relacionada às distintas possibilidades de arranjos entre as culturas, aos saberes dos agricultores(as), as potencialidades e aos limites naturais de cada agroecossistema em cada território. Já Hurtienne (2005) salienta que o desenvolvimento rural sustentável engloba o desenvolvimento de sistemas de uso da terra adaptados às condições de produção sustentável da agricultura familiar.

Frizo e Niederle (2020) avançam no debate e explicam que a conquista da terra própria possibilita nova relação de produção como proprietário, evita o trabalho assalariado bem como constrói uma nova conjuntura socioeconômica com centralidade na constituição do território familiar pautada em interrelações entre família-produção-propriedade que se constituem como a base da reprodução social.

Nos territórios do campo paraense, essa relação entre família, produção (vegetal, animal e artesanal) e propriedade possibilita a diversidade de atividades produtivas como perspectiva de análise principal da agricultura familiar. Sobre isso, evidencia-se que

[...] a diversidade é um ponto importante, porque nós sabemos que nenhum agricultor com monocultura deu certo, nenhum deu certo. É necessário tu ter a vaca? É. Mas, tu tem que ter o cacau, tu tem que ter o cupu<sup>18</sup>, tu tem que ter a galinha caipira, tu tem que ter o porco caipira, tu tem que ter a acerola, outro tipo de fruto, tu tem que ter pelo menos dez fontes de renda, diversificada da outra [...]. Se você tiver dez fontes de renda, diversificada da outra, você cria autossustentabilidade. Se você não tiver, você não cria [...].<sup>19</sup>

<sup>18</sup> Cupuaçu.

<sup>19</sup> Entrevista concedida por Rio Itacaiúnas, coordenador das relações institucionais, em Marabá (PA), em 20 de dezembro de 2022.

O apoio à economia agrícola familiar se relaciona com um mundo rural povoado de comunidades onde os membros vivem no campo por livre escolha e em relação com pequenas cidades, contrariando uma perspectiva setorial de concentração fundiária, de esvaziamento do campo e de geração da pobreza rural e, por outro lado, ampliando a compreensão da agricultura familiar como realidade diversificada e complexa em que a dimensão econômica não deve ser a única considerada pelas Políticas Públicas (Wanderley, 2014).

Assim, é necessário que a concepção de Políticas Públicas de desenvolvimento rural para Amazônia paraense não esteja deslocada dos objetivos e das trajetórias das famílias nem da realidade local dos territórios em que vivem e cultivam.

Logo, não cabe mais a ênfase ao modelo hegemônico de desenvolvimento voltado a expansão de monoculturas e simplificação da natureza na região amazônica. É urgente e necessário fortalecer continuamente a diversificação da produção de alimentos saudáveis da agricultura familiar, com herança camponesa, na Amazônia paraense por meio da garantia do acesso à Políticas Públicas voltadas à agroecologia e aos Sistemas Agroflorestais. Nesse sentido, destaca-se o relato abaixo:

Nós temos, cada vez mais, caminhado no rumo de trabalhar a agricultura diversificada. [...] nós não temos vontade nem disposição para está monocultivando nada, nem incentivando a monocultivação. [...] a grande marca que a gente vem projetando, projetando assim no sentido de organizando curso de capacitação, incentivando, encorajando, buscando, lutando por crédito, que tenha acesso, que acesse esse tipo de política pública como crédito: crédito agrofloresta, crédito em agroecologia, certificação agroecológica. Todo esse conjunto de política pública para incentivar o campesinato a [...] expandir, também, uma agricultura mais saudável e diversificada [...].<sup>20</sup>

Por isso, chama-se atenção à perspectiva de Bianchini *et al.* (2016) que tratam da necessidade de pensar novas políticas para além da visão setorial, ou seja, que políticas sejam elaboradas e considerem a diversidade das situações locais (o estabelecimento, a geografia etc.) para que, assim, as Políticas Públicas sejam adequadas à diversidade da agricultura familiar, aos diferentes biomas, aos territórios etc.

<sup>20</sup> Entrevista concedida por Rio Araci, agricultor familiar e coordenador estadual do MST-PA, em Santa Bárbara (PA), em 15 de dezembro de 2022.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar na Amazônia paraense é constituída por meio de uma heterogeneidade social interna e dinamismo produtivo integrado à natureza, o que reflete, respectivamente, diversos grupos sociais e sistemas de produção diversificados, em pequena escala, como característica central dessa categoria sociopolítica que é distinta do modelo hegemônico de desenvolvimento (agroindustrial) com ênfase à simplificação da natureza e geração de impactos antrópicos negativos.

Logo, a agricultura familiar paraense, como categoria ampla, é constituída por um micro-mosaico onde se encontram diferentes formas sociais de organização a produção de base familiar que apresentam atividades produtivas (semelhantes e/ou distintas) associadas aos conhecimentos locais e tradicionais sobre o manejo da natureza no(s) território(s) paraense, o que torna necessário o avanço do enfoque territorial de políticas públicas de desenvolvimento rural e, também, maior valorização dos conhecimentos das famílias agricultoras responsáveis pela produção e consumo de alimentos diversificados e saudáveis.

O fortalecimento da agricultura familiar: diversificada, complexa e multidimensional nos territórios da Amazônia paraense contribui para evitar a repetição acrítica da perspectiva setorial e do padrão de “modernização” da agricultura. Além disso, a visibilidade ao protagonismo das famílias, ainda, aponta para a necessidade de maior qualidade de vida no campo onde os grupos sociais buscam maior fortalecimento da produção familiar diversificadas, o que exige visão sistêmica do desenvolvimento rural com ênfase à agricultura familiar na Amazônia paraense. Desse modo, contribui-se para uma visão contemporânea que considera os sujeitos locais, a natureza, os seus conhecimentos e o(s) territórios em que vivem e cultivam.

## AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA), pela concessão de bolsa de estudo durante a condução da Tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA), o que permitiu a elaboração deste trabalho. Aos participantes-chave, das instituições e organizações coletivas, com vivência dedicada ao fortalecimento da agricultura familiar no estado do Pará, pelo

tempo de qualidade, responsabilidade e interesse na participação desta pesquisa. E, ao grupo de pesquisa APOENA/INEAF/UFGA, pelos debates e reflexões acadêmicos acerca das agriculturas familiares amazônicas.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, W. S.; HALMENSCHLAGER, F.; OLIVEIRA, M. Dinâmicas territoriais, projetos coletivos e as complexidades das áreas de fronteira agrária: o caso da região de Marabá, Pará. *In*: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 167-192.
- BIANCHINI, P. C. *et al.* **Agricultura familiar, territórios e políticas públicas: diretrizes para uma agenda de pesquisa**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2016. 25 p.
- CAPORAL, F. R. Aprendendo, fazendo e conhecendo. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 03, p. 4-6, 2013.
- COSTA, F. A. Trajetórias tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 35-86, 2009.
- COSTA, F. A. **Elementos para uma economia política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade**. Belém: NAEA, 2012. 468 p.
- COSTA, F. A. Dinâmicas produtivas e inovativas: perspectivas para o desenvolvimento sustentável da Região Norte. *In*: SIFFERT, N.; CARDOSO, M.; MAGALHÃES, W. A.; LASTRES, H. M. M. (org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 282-321.
- COSTA, F. A.; FERNANDES, D. A. Dinâmica agrária, instituições e governança territorial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 517-552, set./dez. 2016.
- FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu editora: FAPESP, 2007
- FRIZO, P.; NIEDERLE, P. Da invenção da “fronteira” à crise das expectativas ficcionais sobre o desenvolvimento na região amazônica. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 23, n. 1, p. 35-58, 2020.

GRISA, C.; CALDAS, E. L.; AVILA, M. L. As compras públicas da agricultura familiar no Brasil: de onde veio essa ideia? *In*: SABOURIN, E.; GRISA, C. (org.). **A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe**. 1. ed. Porto Alegre: Escritos, 2018. p. 54-88.

HOLANDA JUNIOR, E. V. *et al.* Ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social e produtiva da agricultura familiar brasileira. *In*: BITTENCOURT, D. M. C. **Estratégias para a agricultura familiar: visão de futuro rumo à inovação**. Brasília, DF: Embrapa, 2020. p. 67-94.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 19-71, 2005.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MELLO, D. G.; COSTA, F. A.; BRIENZA JÚNIOR, S. Mercado e potencialidades dos produtos oriundos de floresta secundária em áreas de produção familiar. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 12, n. 2, p. 137-148, 2009.

MIRANDA, C.; GUIMARÃES, I. (org.). **Agricultura familiar: ruralidade, território e política pública/IICA**, FÓRUM DRS. Brasília, DF: IICA, 2015. 280 p.

MIRANDA, K. *et al.* Perspectivas para a sustentabilidade pela agricultura familiar: Possibilidades para transição agroecológica. *In*: SOUSA; R. P.; SILVA, R. C.; MIRANDA, K.; AMARAL NETO, M. (org.). **Governança socioambiental na Amazônia: agricultura familiar e os desafios para a sustentabilidade em São Félix do Xingu - Pará**. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB, 2016. p. 123-176.

OLIVEIRA, H. Agricultura familiar: repensando as políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável. *In*: MIRANDA, C.; GUIMARÃES, I. (org.). **Agricultura familiar: ruralidade, território e política pública/IICA**, FÓRUM DRS. Brasília, DF: IICA, 2015. p. 219-222.

PICOLOTTO, E. L.; MEDEIROS, L. S. de. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo. *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 344-368.

PIRAUX, M. *et al.* O futuro incerto da agricultura familiar na Amazônia brasileira: um desafio para territórios e políticas públicas. *In*: MIRANDA, C.; GUIMARÃES, I. (org.). **Agricultura familiar: ruralidade, território e política pública**/IICA, FÓRUM DRS. Brasília, DF: IICA, 2015. p. 85-92.

PLOEG, J. D. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-14, 2014.

SABOURIN, E. Reciprocidade e análise de Políticas Públicas rurais no Brasil. **RURIS: revista do centro de estudos rurais**, Campinas, v. 6, n. 2, 2012, p. 53-90.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *In*: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (ed.). **SAVANAS: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF, Embrapa Cerrados, 2008. p. 989-1014.

SERRA, A. B. **Family farming in the Amazon: a dead end or the way ahead for sustainable development? A case study from the Trans-Amazon highway in Brazil**. 2019. Thesis (Doctorate in Natural Resources) – Faculty of Environment and Natural Resources, Albert-Ludwigs Universität Freiburg, Breisgau, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/339527176\\_Family\\_Farming\\_in\\_the\\_Amazon\\_a\\_dead\\_end\\_or\\_the\\_way\\_ahead\\_for\\_sustainable\\_development\\_A\\_case\\_study\\_from\\_the\\_Trans-Amazon\\_highway\\_in\\_Brazil](https://www.researchgate.net/publication/339527176_Family_Farming_in_the_Amazon_a_dead_end_or_the_way_ahead_for_sustainable_development_A_case_study_from_the_Trans-Amazon_highway_in_Brazil). Acesso em: 27 maio 2020.

SILVA, L. M. S.; FEITOSA, L. L. Avaliação do estado de sustentabilidade das lógicas familiares de produção em São Felix do Xingu. *In*: SOUSA, R. P.; SILVA, R. C.; MIRANDA, K.; AMARAL NETO, M. (org.). **Governança socioambiental na Amazônia: Agricultura familiar e os desafios para a sustentabilidade em São Félix do Xingu – Pará**. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB, 2016. p. 177-250.

SILVA, L. M.; FONSECA, L. C.; GOUVÊA, J. A diversificação como princípio essencial das agriculturas familiares na Amazônia Paraense. *In*: SOUSA, R. P.; COELHO, R. F. R.; ROSAL, L. F.; SUZUKI, J. C. (org.). **Agroecologia: diálogos entre ciência e práxis em agroecossistemas familiares na Amazônia**. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 142-179.

VANZIN, M. M.; KATO, O. R. A sustentabilidade e a gestão hídrica de sistemas agroflorestais em comunidades rurais familiares, no nordeste do Pará. **Revista Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**, Belém, v.11, n. 1, p. 17-38, 2017.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 201-218, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Que territórios, que agricultores, que ruralidades? *In*: CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (org.). **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 337-352

WANDERLEY, M. N. B. Reflexões sobre agricultura familiar e campesinato no Brasil e na França. *In*: SOUZA, O. T.; MIGUEL, L. A.; FLEURY, A. C.; BILLAUD, J. P.; ZANONI, M. (org.). **Diálogos Contemporâneos Acerca da Questão Agrária e Agricultura Familiar no Brasil e na França**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. p. 37-51.

WANDERLEY, M. N. B.; FAVARETO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. *In*: MIRANDA, C.; SILVA, H. (org.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. p. 413-472.